

REQUERIMENTO

(Do Sr. Padre João)

Requer a constituição de Subcomissão Especial, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, para discutir as práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que se crie Subcomissão Especial, no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família, destinada a discutir as práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde.

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares foi implementada em 2006, incorporando de início a medicina tradicional chinesa/ acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, medicina antroposófica e termalismo social – crenoterapia, promovendo a institucionalização destas práticas nas unidades básicas do Sistema Único de Saúde. A partir de então, foi constatada demanda crescente, ao ponto de terem sido registrados dois milhões de atendimento no ano passado, a maior parte em medicina chinesa e acupuntura.

A humanização e a abordagem personalizada despertam interesse cada vez maior dos usuários em busca de melhores condições de vida por meio da integração do físico com o emocional, social, mental entre outras dimensões. Além disso, resgata-se o vínculo com a cultura tradicional de diferentes lugares. É interessante notar que se acredita ter o termalismo surgido nos tempos pré-históricos, pela observação das atitudes dos animais feridos ou doentes. A Medicina Ayurvédica teve origem na Índia há cerca de quatro mil anos. A homeopatia está baseada em princípios hipocráticos.

A Organização Mundial da Saúde apoia a universalização do acesso a essas práticas, expresso no Documento “Estratégia da OMS sobre Medicinas Tradicionais para 2014-2023”. Evidências científicas têm demonstrado profundos benefícios da chamada Medicina Alternativa para a saúde integral, contribuindo para promover a saúde e prevenir doenças de diversas naturezas pela adoção de hábitos que harmonizam o ser ao invés de eliminar sintomas. Como resultados mencionam-se benefícios como redução do número de internações hospitalares e economia de recursos.

Foram promovidos cursos para formação de profissionais de saúde e cerca de 150 mil deles atuam no SUS.

De acordo com o Portal da Saúde,

atualmente, 1.708 municípios oferecem práticas integrativas e complementares e a distribuição dos serviços está concentrada em 78% na atenção básica, principal porta de entrada do SUS, 18% na atenção especializada e 4% na atenção hospitalar. Mais de 7.700 estabelecimentos de saúde ofertam alguma prática integrativa e complementar, o que representa 28% das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Portarias recentes ampliaram o rol de práticas com a incorporação de arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, que inclui aromaterapia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e yoga. São oferecidas ainda massoterapia e oficinas de massagem ou automassagem.

A Medicina Integrativa tem sido objeto de cursos de pós-graduação da área médica. Serviços privados de excelência como os Hospitais Sírio-Libanês e Albert Einstein oferecem essa abordagem. No entanto, ainda se constata ceticismo de grande parte de profissionais médicos quanto a seus resultados concretos.

Acreditamos que o caminho da integração traz benefícios consideráveis para as pessoas e que a universalização do acesso às práticas integrativas é essencial. Para isso, é necessário acompanhar o desenvolvimento de estudos que avaliem sua eficácia e aperfeiçoar o mecanismo formador de profissionais.

Dessa forma, é oportuno que a Comissão de Seguridade Social e Família crie Subcomissão Temporária para permitir a análise aprofundada e o acompanhamento da implementação dessas ações no país, especialmente no Sistema Único de Saúde, mas também em instituições privadas. É importante ainda ouvir profissionais, pesquisadores e gestores de saúde. O tema é atual e de grande relevância. Contamos, assim, com o apoio dos ilustres membros para que ela possa ser instalada.

Sala das Comissões, em de de 2017.

Deputado Padre João